A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Marcelo Guilhem Parrão ¹, Juliene Aglio Oliveira Parrão ²

¹ Advogado, especialista em Direito Civil e Processo Civil pelas Faculdades Integridas Antônio Eufrásio de Toledo. ² Docente e Coordenadora do Curso de Serviço Social das Faculdades Integridas Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Email: mardvog@unitoledo.br

RESUMO

O presente trabalho aborda a violência contra a mulher e uma análise da lei Maria da Penha. O Campo Judiciário desenvolve papel singular no exercício da Lei Maria da Penha e interfere na aplicabilidade desta Lei principalmente no que tange o exercício de seus aspectos preventivos assistenciais e punitivos. O combate à violência de gênero deve ser aperfeiçoado com a efetivação da intersetorialidade que deve ser mediada pelos profissionais dos distintos equipamentos com o entendimento das políticas que envolvem além dos direitos dos grupos vulneráveis os direitos humanos de homens e mulheres de maneira geral. A Lei nº 11.340/2006 foi um importante avanço no sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. E, para tanto, conceitua os seguintes tipos de violência que podem existir: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Objetiva-se discutir os avanços da lei, os desafios, bem como, as formas de enfrentamento à violência de gênero. A metodologia utilizada no estudo foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Mulher, Violência, Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

A violência cometida contra a mulher, também conhecida como violência de gênero constitui-se como um fenômeno social de extrema gravidade, devido à naturalização na forma como este vem sendo tratado pelo senso comum. Trata-se de algo construído socialmente, portanto histórico e passível de mudança, cabendo destacar que as agressões físicas embora sejam a primeira representação que nos vem à mente ao abordar o assunto, são apenas um dos aspectos da violência que atingem a mulher.

Reconhecemos que a violência contra a mulher reflete grande fragilidade ao abordar o assunto com vistas ao seu enfrentamento, porém tal situação torna-se ainda mais complexa considerando-se que os companheiros são em geral os principais agressores, envolvendo questões extremamente subjetivas como o amor, a afetividade, a família construída junto a este homem e que são grandes desafios no rompimento com a violência.

Os avanços jurídicos, sociais no que tange a aplicabilidade da Lei são inegáveis. Apresentaremos no decorrer do estudo os avanços e os desafios no enfrentamento à violência de gênero.

Desde 2006 com a promulgação da Lei Maria da Penha, avanços não podem ser negados. Um dos grandes marcos apontado pela Secretaria de Políticas para Mulheres ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou, por unanimidade, a constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha, que afastou a aplicação do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 quanto aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, tornando impossível a aplicação dos institutos despenalizadores nela previstos, como a suspensão condicional do processo.

Na mesma sessão, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4424) ajuizada pela Procuradoria-Geral da República, que defendeu ser a violência contra mulheres não uma questão privada, mas sim merecedora de ação penal pública, afastando a aplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais (9.099/95) aos crimes cometidos no âmbito da Lei Maria da Penha, bem como para determinar que o crime de lesão corporal de natureza leve cometido contra mulher seja processado mediante ação penal pública incondicionada.

Apresentaremos no decorrer do estudo outras formas de enfrentamento à violência contra a mulher assim como os grandes desafios ainda presentes.

METODOLOGIA

Para a abordagem do tema, foi utilizado o método dialético, que possibilita uma análise crítica das relações sócio-históricas construídas, e dos determinantes da realidade permitindo assim a compreensão do fenômeno discutido em sua totalidade.

Foram serão analisadas e confrontadas as diferentes posições doutrinárias acerca do tema sob pontos de vistas antagônicos, para que por meio da utilização de expressões argumentativas, obtenha-se ao final uma conclusão adequada e logicamente coerente com as ideias analisadas. O método dialético o qual, segundo Minayo (2010, p. 24): “A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos”.

O método dialético proporciona uma análise das múltiplas determinações, uma vez que não considera apenas um ou outro fator de uma pesquisa, o mesmo se concretiza através de um processo de mediação o qual considera que todos os elementos são parte da realidade

acarretando não em uma mera coleta de dados, mas sim em uma reflexão ampla e crítica acerca desta.

RESULTADOS

Com o estudo, observamos que a violência contra mulher é histórica, cultural, por isso tão difícil de ser enfrentada. Por meio da utilização do poder, seja por força física, psíquica ou econômica, são desconsideradas as vontades da mulher, fazendo com que ela perca sua identidade, sendo impossibilitada de exercer sua participação social, nesse sentido se torna um fenômeno social, por apresentar características tão peculiares, sendo a questão de gênero uma delas.

A violência contra a mulher não ocorre apenas fisicamente, embora esteja presente na maioria dos casos que se configuram enquanto demanda para a proteção social especial, dessa forma tem-se também a violência psicológica e sexual, portanto impossível destacar o que seria mais destruidor para a vítima.

A Lei Maria da Penha foi um dos maiores avanços no enfrentamento à violência contra a mulher. No entanto, apontamos os seguintes obstáculos para sua melhor efetivação, conforme apontaremos abaixo.

Necessidade de delegacias especializadas para o atendimento as mulheres; Melhorar o acesso a Justiça e a eficiência dos Juizados na aplicabilidade da Lei Maria da Penha; Capacitar os profissionais para identificarem as formas de violência e para o atendimento a mulher; Criação de serviços de acolhimento (abrigo); Ampliar a rede de serviços especializados no atendimento a mulher vítima de violência; Investir em todas as formas de prevenção; Garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.

DISCUSSÃO

O Campo Judiciário desenvolve papel singular no exercício da Lei Maria da Penha e interfere na aplicabilidade desta Lei principalmente no que tange o exercício de seus aspectos preventivos assistenciais e punitivos.

O combate à violência de gênero deve ser aperfeiçoado com a efetivação da intersetorialidade que deve ser mediada pelos profissionais dos distintos equipamentos com o

entendimento das políticas que envolvem além dos direitos dos grupos vulneráveis os direitos humanos de homens e mulheres de maneira geral.

No Brasil, a violência de gênero é considerada crime e violação dos Direitos Humanos¹, os quais estão garantidos pela C.F de 1988, a qual define no art. 5 - III que: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Assim, o que se configura na perspectiva da mulher é que a mesma não deveria ser submetida a tratamentos e atos violentos, porém a realidade é muito diferente, pois no Brasil a cada quinze segundos² uma mulher é agredida e o âmbito familiar que deveria ser o *locus* de proteção se torna espaço para violação de direitos.

A violência é uma das mais graves formas de discriminação em razão de sexo/gênero. Constitui violação dos direitos humanos e das liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, de expressar opiniões e desejos, de viver em paz em suas comunidades; direitos inalienáveis do ser humano. (TELES e MELO, 2003, p. 23).

Salientamos ainda que seja de fundamental importância propor ações de enfrentamento destinadas aos agressores, via justiça, possibilitando a criação de serviços especializados onde o agressor construa novos valores com base na igualdade de gênero.

Deste modo, é relevante destacarmos a criação da Lei 11.340 - Lei Maria da Penha³ de 07 de agosto de 2006, considerada como um dos mais importantes documentos legais que tratam sobre o enfrentamento da violência contra mulher.

O artigo 1º da referida Lei define que

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

¹ Os Direitos humanos constituem em um conjunto de leis, as quais garantem ao ser humano ter uma vida digna, sem sofrer discriminações, são direitos fundamentais de todos os cidadãos.

² De acordo com o Projeto “Prudente construindo a igualdade de gênero”, o qual é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, da Secretária de Assistência Social e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, sendo co-financiado pelo Governo Federal por meio da Secretária de Políticas para as mulheres, a incidência de violência contra as mulheres no Brasil é cometida a cada 15 segundos, em que 23% das mulheres brasileiras são vítimas de violência doméstica, sendo esta a principal causa de morte e deficiência entre as mulheres de 16 a 44 anos e mais de 40% das ações violentas provocam lesões corporais graves, como queimaduras, espancamentos, estrangulamentos, entre outras formas de covardia contra as mulheres.

³ De acordo com o site rede Brasil atual, a Lei recebeu este nome em tributo à Maria da Penha Maia Fernandes, espancada de forma brutal e violenta diariamente pelo marido durante seis anos de casamento. Ela também sofreu por duas vezes tentativa de assassinato. A primeira ocorreu com arma de fogo e ela terminou paraplégica. Na segunda, foi por eletrocussão e afogamento.

Esta Lei surge com a finalidade de garantir que a mulher seja assegurada no seu direito à vida e que sejam criados mecanismos que auxiliem na prevenção e no acompanhamento dos diversos tipos de violências que a mulher está submetida.

Desse modo, o Art. 2º ressalta que:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A referida lei prevê que seja prestada assistência à mulher cuja situação se encontra atrelada à violência, conforme art. 9:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

Na Lei Maria da Penha perpassa a prestação somente de assistência às mulheres, prevê ainda que sejam executadas medidas protetivas quando as mulheres estão em situação de risco de vida, medidas essas que a protejam do agressor, porém a mesma é requerida mediante ao processo judicial, órgão este que irá analisar as particularidades e riscos que a vítima se encontra.

Art. 28º. É garantido a toda mulher vítima de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial ou judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

Desta forma, a mulher será assegurada e protegida nos diversos órgãos públicos que lhe for conferido, sendo prestada assistência jurídica, social e psicológica, considerando a sua conjuntura social.

É fundamental citar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, cujas ações foram e estão sendo executadas de 2008 a 2011, criado pela iniciativa do Governo Federal para coibir e prevenir os diversos tipos de violência à mulher que vem somar à Lei Maria da Penha no que tange o enfrentamento da violência.

O objetivo proposto no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é:

Reduzir os índices de violência contra as mulheres; Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional. (2007,p.09)

Conforme citação, o presente pacto atuará na garantia e proteção dos direitos relativos à mulher, disseminando entre as classes: culturas igualitárias, o respeito à diversidade e a questão de gênero, a fim de que os índices equivalentes às violências contra as mulheres sejam reduzidos.

Em 2008 com o intuito de garantir os direitos relativos à categoria feminina foi instituído o II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres⁴, que nasce como:

...resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo o País, das Conferências Municipais e Estaduais, e elegeram 2.700 delegadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em agosto de 2007. O II PNPM expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres em nosso País. (2008,p.7)

O II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres rege-se pelos princípios da igualdade, diversidade, equidade, autonomia das mulheres, universalidade, justiça social, e a transparência nas ações do Estado, tendo como parceiros e agentes do controle social, a sociedade civil.

O referido plano é uma luta da sociedade principalmente das mulheres que ocupam espaços de decisões, ressaltando a necessidade dos indivíduos e famílias apropriarem-se dos espaços decisórios principalmente neste momento que está sendo construído o III Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Contudo, é importante destacar que a Lei Maria da Penha, Planos e Pacto, citados acima nascem a partir de lutas e conquistas das próprias mulheres, que assistindo e compreendendo a sua própria trajetória de vida, marcada pela submissão e pelas desigualdades

⁴ O II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres - PNPM, aprovado na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres - CNPM, já que o ponto II do temário da 3ª CNPM é a definição de prioridades de políticas para o próximo período, tendo como base a avaliação, atualização e aprimoramento das ações e políticas propostas no II PNPM. <http://www.sepm.gov.br/3a-conferencia-de-politicas-para-as-mulheres/ii-pnpm-2011.pdf>.

sociais trabalharam em equipe, a fim de que fossem vistas como cidadãos de direitos, independente de raça, gênero e etnia, podendo assim, usufruir o que lhe cabe como mulher e cidadã nos termos da lei.

Hoje, um novo cenário se apresenta, com novos desafios e a efetivação do Plano Nacional (2013-2015) reafirmando princípios norteadores da Política Nacional para Mulheres. Para além da efetivação da lei é necessário pensar respostas política que elimine as diferenças entre homens e mulheres, como exemplo políticas de trabalho e renda, o acesso e a permanência das mulheres (jovens) na educação, do direito a saúde, em todas as fases do seu ciclo vital.

CONCLUSÃO

Com os estudos voltados a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, observou-se que ainda é preciso investir para diminuir a violência contra a mulher. É de fundamental importância a concessão de medidas protetivas de urgência à mulher que esteja em situação de risco, face à gravidade dos atos violentos que é submetida por parte do seu agressor. Outrora, a vítima é obrigada a se refugiar em casa de familiares ou amigos para impedir que novos casos de violência ocorressem durante o processo de rompimento da violência.

Primeiramente, considerou-se a necessidade da construção de equipamentos públicos para a busca do rompimento da violência de gênero, uma vez que a mulher vem sendo submetida, ao longo da história, a atos violentos, porquanto vítima de discriminação, sendo subordinada principalmente ao homem, devido ao contexto em que a mesma sempre esteve inserida, tratando-se de um dado cultural relacionado à questão de gênero, e não de um dado biológico.

Não deixamos de considerar que a mulher, no decorrer do processo histórico, vem sofrendo violações de direitos, por ser do sexo feminino e também pela subordinação e exclusão do mundo produtivo. Logo, tem sido alvo de diversas violências, visto que as relações de poder se apresentam com relevante intensidade na relação homem e mulher.

Porem, destacamos que na realidade da mulher brasileira se tem alterado ao longo do processo histórico, de forma positiva, mesmo considerando que sua trajetória tem sido marcada por submissões e desigualdades sociais. Sendo assim, houve um significativo avanço nas leis e políticas públicas para as mulheres, principalmente no que se refere às mulheres, vítimas de violência.

Por fim, a Lei Maria da Penha oferece mecanismos que protegem à mulher vítima de violência e que os órgãos estão se mobilizando e a sociedade se aprimorando em busca de implementar os mecanismos trazidos pela lei. Caminhamos, apesar das dificuldades. Quando há uma divulgação, mobilização e interesse, a “coisa funciona”, o caminho é a articulação de todos os órgãos, públicos, das mulheres e de sociedade na luta pela igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito: O triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil**. Revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil. Brasília, ano 23, n. 82, 4º trimestre, PP. 109-157, 2005.

BRASIL. Norma técnica de padronização: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs. Brasília: Ministério da Justiça. Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Conferência Nacional de Ação Continuada. A questão social e a Política de Assistência Social**. Disponível em <http://www.renipac.org.br/conferenciamagna.html>. Acesso 10 de maio 2013.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Nov. 2004.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SPM, 2007. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Acessoria. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida**. Comentários à lei 11340/2006. CECIP. 2007. p. 72.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 164p. (Biblioteca da educação - Série 1, Escola; v.16)]

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Disponível em: http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_02.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2013.